

# Diversidade Linguística na Escola Portuguesa

Primeiros resultados do projecto desenvolvido pelo **Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)** em colaboração com a **Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular** (Ministério da Educação) e com financiamento da **Fundação Calouste Gulbenkian**.

2003-2005

## **Apresentação do Projecto**

*Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* é um projecto que pretende caracterizar – e valorizar – a diversidade de línguas presente nos dois primeiros ciclos das nossas escolas do ensino básico oficial. Partimos do pressuposto de que a diversidade é o garante e o *sal* da vida e de que, por isso, há que tratá-la como merece: não com palavras de tolerância passiva, mas antes com o cuidado e o rigor do conhecimento. Depois do torvelinho de emoções contraditórias que, nas últimas duas décadas, envolveram as línguas *dos outros*, ora rejeitando-as (“que aprendam Português”, “em Roma sê romano” – ouvia-se), ora aceitando-as apenas fora do espaço de aula, ora procurando acarinhá-las no contexto estreito do monolinguismo escolar oficial, chegou o momento de olharmos para a realidade de forma mais serena, cientes de que não estamos sós, de que somos apenas mais um caso de multilinguismo entre muitos.

Em termos de políticas de língua e de modelos de ensino, temos, pois, muito a aproveitar com as experiências já realizadas, em contextos idênticos, noutros países, de que, em muitos casos, os próprios portugueses emigrados ou filhos de emigrantes têm sido protagonistas.

Por enquanto, em Portugal, todas as aprendizagens (para além das línguas estrangeiras) são feitas em língua portuguesa, mesmo que, através das equivalências, os alunos originários de outros países se possam integrar num qualquer ano do ensino básico sem dominarem, ou dominando mal, a língua de ensino que para eles é língua segunda.

Esta situação tem vindo a criar um clima de alguma insegurança entre alunos e professores, a braços com programas, métodos e critérios de avaliação até agora exclusivamente pensados para alunos de língua materna portuguesa. Tal insegurança, que advém de factores variados (como a falta de uma política linguística clara, assente em nova legislação, e de informação acessível sobre a legislação já existente; a ausência de formação sistemática e alargada na área do ensino de línguas, e em particular do Português, em contexto multilingue; o desconhecimento das línguas e da história linguística e sociolinguística dos alunos; o desconhecimento das características culturais específicas das comunidades de origem e das suas implicações no uso das línguas e nos processos de aprendizagem, etc.), acaba por se voltar, na prática, contra a própria

diversidade, apesar de tantas vezes incensada. E fá-lo de duas maneiras: tirando-lhe visibilidade e vitalidade, a coberto da urgência em integrar rapidamente os novos alunos nos modelos conhecidos, e fazendo esquecer o modo próprio como cada realidade linguística e cultural intervém na aprendizagem do Português e em Português.

É neste contexto que surge o projecto ***Diversidade Linguística na Escola Portuguesa***. Não para substituir as políticas linguísticas nem as medidas de fundo que urgem, nem para apaziguar inquietudes, mas antes para, pensando em todos aqueles que gostariam de compreender e viver melhor a nova realidade de múltiplas línguas e culturas que é a sua, contribuir para:

- **mudar a atitude** de professores, legisladores e alunos em relação à diversidade linguística na escola e na aula:
  - encará-la positivamente, como um bem a preservar e a promover, e não como um problema ou um mal necessário;
  - procurar conhecê-la e não apenas conviver com ela;
- **criar instrumentos** de recolha e de análise de dados linguísticos e sociolinguísticos que permitam o conhecimento mais rigoroso da diversidade nas suas diferentes dimensões (de carácter quantitativo e qualitativo), quer ao nível da comunidade escolar, quer ao nível dos alunos e das suas actividades linguísticas;
- **analisar** o modo como as diferentes línguas e culturas maternas, em interacção com a língua e a cultura portuguesas, interferem (ou não) no processo de aprendizagem e de desenvolvimento e uso do Português.

**Conhecer** foi a palavra-chave que motivou este projecto de investigação. Quisemos saber, tendo presentes as línguas do mundo, que línguas falavam os nossos alunos em casa e na escola; qual a sua distribuição nas diferentes zonas e escolas inquiridas; que línguas eram mais faladas, além do Português; quais as marcas linguísticas (a nível da fonologia, da morfologia, do léxico e da sintaxe do Português) que poderíamos considerar próprias dos alunos falantes de outra língua materna; qual a relação entre essas marcas e as características gramaticais da língua materna em questão; quais as maiores dificuldades na compreensão e no uso da linguagem do quotidiano, e na produção de discursos narrativos ou descritivos.

Para tanto, desenvolvemos e aplicámos diferentes instrumentos de recolha de dados, incluindo uma ficha sociolinguística e um conjunto de testes dirigidos a aspectos linguísticos particulares que nos permitiram obter, quer oralmente quer por escrito, em várias situações de comunicação, reacções e produções linguísticas em Português (e, pontualmente, também em língua materna) de falantes das línguas seleccionadas para análise: **Caboverdiano, Guzerate, Mandarin e Ucrainiano**. A escolha destas quatro línguas teve em conta o número elevado de alunos com a mesma língua materna nas escolas inquiridas (especialmente no caso do Crioulo de Cabo Verde). Nessa escolha demos, também, particular atenção aos grupos linguísticos em que se inserem as diferentes línguas e à sua representatividade com respeito às comunidades imigrantes. Constituímos ainda um grupo de controlo com alunos de língua materna portuguesa.

Vejamos agora um outro aspecto da questão.

Se pensarmos que, no universo das quatrocentas e dez escolas inquiridas, encontrámos cinquenta e oito línguas diferentes, o conjunto das quatro línguas aqui analisadas é, naturalmente, restrito. No entanto, o número dos alunos falantes destas línguas corresponde a mais de 50% do conjunto daqueles que, nas escolas inquiridas, não falam Português como língua materna.

Julgamos, por outro lado, que os documentos linguísticos produzidos pelos alunos, observáveis e exploráveis de muitos outros pontos de vista além dos que adoptámos nas nossas análises, constituem uma riqueza inegável. Os procedimentos e metodologias aqui apresentados, que foram utilizados para recolha dos dados, poderão ser uma boa base de apoio para novas investigações por parte dos professores, para quem o diagnóstico linguístico e sociolinguístico é um instrumento indispensável no desenvolvimento de formas adequadas de ensino diferenciado. A caracterização linguística do Crioulo de Cabo Verde, do Guzerate, do Mandarin e do Ucrainiano, e a caracterização sociocultural das suas comunidades podem servir de modelo para a investigação e análise de outras línguas e de outros aspectos gramaticais, lexicais e discursivos. Do mesmo modo, as bibliografias anexas aos diversos textos constituirão, por certo, um bom apoio para trabalhos futuros.

Os estudos que elaborámos sobre os dados recolhidos, e que serão apresentados desenvolvidamente num segundo CD, constituem indicadores valiosos sobre as características próprias das variedades de aquisição da língua portuguesa em contexto multilingue. Essa aquisição é simultaneamente formal e informal, visto que os alunos, embora pressionados pelos objectivos escolares e sujeitos a um ensino explícito, estão, no seu quotidiano, inseridos na nossa comunidade e em constante interacção com falantes de língua materna portuguesa.

Do diagnóstico da realidade linguística e sociolinguística que aqui propomos poderão nascer ideias mais claras: sobre a política de língua a implementar a nível do ensino, sobre a definição dos objectivos de desenvolvimento linguístico a atingir e dos percursos didácticos mais adequados em cada caso, e sobre o tipo de materiais de apoio a utilizar e a criar, se necessário, pelos próprios educadores.

Assim, por exemplo, a simples descoberta de que um aluno, ou um grupo de alunos, tem um domínio deficiente do léxico em áreas vocabulares de uso recorrente e imprescindível em contexto escolar obriga ao estabelecimento de um plano de aprendizagem intensiva que implicará, naturalmente, a realização de um conjunto de actividades linguísticas expressamente preparadas para o efeito.

Esperamos que cada professor possa retirar, dos documentos que aqui pomos à sua disposição, algumas ideias sobre como olhar para a nova realidade linguística em que está envolvido. Poderá, assim, extrair a informação necessária à criação de actividades didácticas e pedagógicas que contribuam não só para a aprendizagem da língua portuguesa, mas também para a valorização das línguas maternas dos alunos e para o aproveitamento comum do multilinguismo na escola.

## Alguns Conceitos Gerais de Sócio e Psicolinguística

### Bilinguismo

Termo utilizado em sociolinguística para denominar a competência linguística de alguns falantes que possuem capacidade de comunicar e de se expressar em duas línguas diferentes. Tal competência resulta de circunstâncias familiares ou sociais que proporcionam, por vezes, um contacto frequente com mais do que uma língua. Actualmente, considera-se que existem vários graus de **bilinguismo**, reconhecendo-se que se verifica, quase sempre, uma especialização do uso das línguas conforme o contexto de comunicação ou o tipo de interlocutor. O estudo dos indivíduos bilingues levou à conclusão de que, ao contrário do que se supunha no passado, o bilinguismo não prejudica o desenvolvimento intelectual ou psicológico do indivíduo, podendo mesmo contribuir para esse desenvolvimento.

### Contexto multilingue

Denomina-se **contexto multilingue** uma situação em que coexistem falantes de várias línguas, geralmente provenientes de diferentes culturas. Quando se verifica a existência de um contexto multilingue em situação formal de ensino devem criar-se condições para que os falantes comuniquem entre si sem perderem a sua identidade linguística e cultural.

### Diversidade linguística

Este termo aplica-se quando se verifica a coexistência de falantes de línguas diferentes, quer se trate de uma situação pontual ou de uma situação estável. Situações de **diversidade linguística** são cada vez mais frequentes na Europa (e, sobretudo, na União Europeia), como consequência da mobilidade dos cidadãos europeus e dos fluxos migratórios de outros continentes. A diversidade linguística deve ser valorizada e apoiada, tendo presente, principalmente, que o contacto entre falantes com línguas diversas é vantajoso para o reconhecimento da identidade linguística de cada um e para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional.

## **Língua materna e aquisição da linguagem**

A linguagem verbal não é o único meio humano de comunicação, mas é sem dúvida o meio preferencial, o mais completo e o mais flexível. Na expressão dos sentimentos, dos raciocínios e das emoções, os indivíduos usam a linguagem verbal concretizada na sua **língua materna** (primeira ou nativa), ou seja, na língua que se fala em torno de uma criança durante os primeiros anos de vida e através da qual se desenvolve o processo de **aquisição da linguagem**.

A criança consegue construir, a partir de dados reduzidos e lacunares, uma gramática da sua língua em muito pouco tempo e de forma apropriada. A psicolinguística explica esse facto pela existência de uma capacidade humana, inata e universal – a **faculdade da linguagem**.

## **Língua nacional**

Denomina-se **língua nacional** a língua materna de um grupo de indivíduos que pertencem a um país cuja língua oficial pode ser diferente da sua. Em países como Angola e Moçambique encontram-se numerosas línguas nacionais como, por exemplo, o Quimbundo em Angola ou o Tsonga em Moçambique.

## **Língua oficial**

Em sociedades constituídas por comunidades, ou grupos de pessoas, com línguas maternas diferentes (como sucede, por exemplo, em países africanos como Angola ou Moçambique), o Estado determina qual a **língua oficial** que deve ser utilizada nas relações administrativas e internacionais e na escolarização. A sua escolha resulta de uma opção política e é decidida em função de vários factores, nos quais se incluem o lugar que essa língua ocupa nas instituições internacionais, o número de falantes que a usam como língua materna ou a necessidade de reforçar a unidade nacional pela utilização de uma língua comum para as funções indicadas. Em determinadas circunstâncias, justifica-se a existência de duas, e mesmo três línguas oficiais. São exemplos desta política linguística certos países africanos como Cabo Verde, onde se prevê para breve a instituição do Crioulo Caboverdiano como língua oficial a par do

Português, ou, na Europa, o Luxemburgo que tem como línguas oficiais o Alemão, o Francês e o Luxemburguês.

### **Língua segunda e língua estrangeira**

Aplica-se o termo de **língua segunda** à língua oficial de um país quando aprendida com objectivos específicos, nomeadamente a escolarização ou as tarefas administrativas, por falantes que não a possuem como língua materna. Este termo pode aplicar-se no caso dos alunos provenientes de imigração que não têm a língua oficial do país como materna. Por outro lado, os currículos escolares integram o ensino de **língua(s) estrangeira(s)**.

Embora as designações de língua segunda e língua estrangeira tenham em comum o facto de se referirem ambas a línguas não maternas, elas não são sinónimos se tivermos em consideração as diferentes circunstâncias da sua aprendizagem. A língua estrangeira é aprendida apenas no contexto escolar e justifica-se pelo interesse em ampliar conhecimentos, desenvolver investigação e permitir contactos sociais de carácter internacional. A língua segunda é uma língua não materna usada sobretudo como um meio de escolarização e como língua veicular utilizada nas instituições administrativas e oficiais.

### **Monolinguismo**

Termo que se opõe a multilinguismo ou plurilinguismo e se refere à situação linguística dos membros de uma comunidade que possuem competência gramatical e comunicativa numa só língua. Quando um país reconhece uma única língua como língua oficial, pode dizer-se também que se trata de um país oficialmente **monolingue**. Na Europa, alguns países são monolíngues como a Áustria. Até 1999, Portugal foi um país monolingue que tinha como única língua oficial o Português. Em países que possuem uma só língua oficial é frequente existirem línguas nacionais que são línguas maternas de grupos de falantes. São exemplo desta situação Moçambique, Angola, o Brasil ou os Estados Unidos da América.



## Multilinguismo

Termo com que se denomina a situação linguística de uma comunidade em que coexistem duas ou mais línguas, geralmente com estatuto oficial. Muitos países europeus são **multilingues** (como a Suíça, o Luxemburgo ou o Reino Unido) tal como grande parte dos países de outros continentes. Portugal passou a ser um país oficialmente multilingue em 1999, quando foi publicada no Diário da República a lei que oficializa a língua mirandesa no território português. Além do Português e do Mirandês, a Língua Gestual Portuguesa é considerada a língua oficial dos surdos em Portugal, tendo sido reconhecida como tal pelo Parlamento. A existência de grupos minoritários falando línguas diferentes da(s) língua(s) reconhecida(s) oficialmente tem como consequência, por vezes, a coexistência de várias línguas no mesmo país.

## Política de língua ou política linguística

Uma **política de língua** consiste num conjunto de decisões relativas ao ensino, uso e divulgação da(s) língua(s) de um determinado país, decisões que são tomadas pelas entidades competentes e que devem ter como base as seguintes convicções: (a) a importância do domínio da língua materna para o desenvolvimento psicológico e social dos falantes e (b) o reconhecimento das línguas como formas de identificação cultural, o que exige preocupação com a sua difusão e com o lugar que ocupam em contextos multilingues. Estes aspectos básicos, sócio e psicolinguísticos, são reforçados por interesses económicos relacionados com as línguas utilizadas pelos falantes. Assim, são decisões a tomar no âmbito de uma política de língua: a **oficialização** de uma ou mais línguas, o estabelecimento e a actualização da **norma padrão**, o lugar do **ensino** da língua nos currículos escolares, a rede de **difusão** da língua em países estrangeiros, o apoio à normalização e estabilização da língua nos países em que é **língua segunda**, o incentivo a **traduções** e à criação de **instrumentos** e **materiais** de ensino. As estratégias para levar a efeito a concretização dos objectivos da política de língua constituem o que habitualmente se denomina **planificação linguística**.

## Bibliografia

- Crystal**, David (1997). *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge University Press (5ª edição, 2003).
- Crystal**, David. (1941). *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. Blackwell Publishers (3ª edição actualizada e aumentada, 1991).
- Xavier**, Maria Francisca e Maria Helena Mateus (orgs.) (1990/1992). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I e Volume II. Lisboa: Edições Cosmos.  
[http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/index2.htm](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/index2.htm)